



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

“CRIANÇA NÃO ENTENDE”: desconstruindo um mito nas práticas educativas

VALÉRIA MOREIRA DIAS¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

INGRID SOARES OLIVEIRA DA PAIXÃO²

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

JOÃO VÍTOR BARBOSA SOUZA³

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

Resumo

O presente trabalho aborda a desconstrução do mito de que “criança não entende”, destacando a importância de reconhecer as diversas formas de expressão e linguagem das crianças. Aponta também que, apesar das maneiras variadas de entendimento, elas possuem capacidade de interpretar e construir o mundo, como defendem autores como Vygotsky (1984), Freire (1974) e Malaguzzi (2016). Desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, o estudo tem como objetivos analisar os impactos da concepção de que a criança não entende na participação e no protagonismo infantil, bem como afirmar a infância como um período singular, marcado por múltiplas linguagens, potenciais e modos próprios de produzir conhecimentos. O texto enfatiza que práticas pedagógicas autoritárias, que desvalorizam a escuta e a participação infantil, limitam as possibilidades de desenvolvimento das crianças e potencializam a desigualdade. Em contraponto, defende uma abordagem pedagógica que evidencie a criança como protagonista da construção do conhecimento e valorize a subjetividade como forma de promoção de uma educação libertadora e democrática, baseada nos direitos da criança previstos em lei, conforme as diretrizes do ECA e da BNCC.

Palavras-chave: Compreensão. Criança. Práticas Pedagógicas.

Introdução

A frase “criança não entende” tem sido repetida por gerações como um tipo de verdade universal. Ela aparece nas falas de adultos que desejam proteger as crianças de situações difíceis, mas, por vezes, também funciona como justificativa para não as envolver em discussões que poderiam contribuir para seu crescimento intelectual, emocional e social. No campo da educação, esse discurso sustenta práticas que silenciam e desvalorizam o saber infantil, comprometendo a construção de uma pedagogia emancipadora. Nesse sentido, Kramer (2003, p. 45) afirma: “O mito da criança que não entende limita sua participação, obscurece seu potencial de compreensão e reforça práticas educativas que a silenciam.”

¹ Graduanda em pedagogia, extensionista no Projeto Contando Africanidades: valorizando as matrizes étnico-culturais por meio da contação de histórias. <https://orcid.org/0009-0004-7585-6345>
valeriamoreiradias01@gmail.com

² Graduanda em pedagogia. <https://orcid.org/0009-0003-6528-7145> ingriidsoares17@gmail.com

³ graduando em pedagogia, extensionista no Projeto Contando Africanidades: valorizando as matrizes étnico-culturais por meio da contação de histórias. <https://orcid.org/0009-0001-2436-869X>
joaovitorbarbosasouza8@gmail.com



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Este trabalho surge, inclusive, a partir de uma experiência vivida em uma escola, quando uma diretora afirmou que as crianças “não entenderiam o que é uma feira literária”. A escuta dessa frase despertou a necessidade de refletir sobre a permanência dessa concepção no cotidiano escolar e sobre de que maneira ela limita as possibilidades de participação das crianças em atividades que visam à construção de conhecimento, ao diálogo e à expressão de suas ideias.

O estudo desenvolve-se a partir de uma abordagem qualitativa, entendida como aquela que busca compreender os significados e sentidos atribuídos às experiências (Minayo, 2010). Tomando essa vivência escolar como ponto de partida, a análise dialoga com referenciais como Vygotsky (1984), Malaguzzi (2016), Freire (1974) e Alves (2004), além de documentos normativos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, o estudo tem como objetivos analisar os impactos da concepção de que a criança não entende na participação e no protagonismo infantil, bem como afirmar a infância como um período singular, marcado por múltiplas linguagens, potenciais e modos próprios de produzir conhecimentos.

Dessa forma, propõe-se a desconstrução dessa visão limitada, contribuindo para repensar a escola como um espaço em que a criança não é apenas receptora de conteúdos, mas protagonista de sua aprendizagem, capaz de interpretar, experimentar e contribuir com o mundo ao seu redor.

Criança como sujeito de saberes

Ao contrário do que sugere o senso comum, as crianças são capazes de interpretar, da sua maneira, o mundo à sua volta, como demonstra Vygotsky (1984). A aprendizagem na infância é uma construção social, na qual a criança não apenas repete o que ouve, mas constrói ideias e sentidos com base nas experiências que vivencia. Considerá-la incapaz de compreender é negligenciar sua potência e o modo singular como acessar e elaborar o conhecimento, desconsiderando que cada interação, cada observação e cada experiência concreta contribuem para a construção de sua compreensão.

Como afirma Freire (1974, p. 32), “é pensando criticamente a realidade que o sujeito



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

se constitui como pessoa.” Negar à criança o direito de pensar e interpretar o mundo é, portanto, negar-lhe também o exercício pleno de sua constituição como sujeito. Essa perspectiva aponta que o processo educativo não é apenas transmissão de conteúdo, mas uma oportunidade de ampliar a capacidade crítica da criança e de reconhecer seu papel ativo na produção de conhecimento.

A crença na suposta incapacidade infantil sustenta práticas pedagógicas autoritárias, centradas na transmissão de conteúdos e na desvalorização da escuta. Educadores que partem do pressuposto de que a criança “não entende” tendem a limitar suas possibilidades dentro do espaço escolar, restringindo experiências, diálogos e investigações que poderiam enriquecer a aprendizagem. Por outro lado, práticas que reconhecem a criança como construtora do conhecimento favorecem ambientes de aprendizagem mais significativos e dinâmicos. Como reforça Freire (1974, p. 68), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” Assim, reconhecer a criança como protagonista do processo educativo exige abertura para a construção coletiva do saber, para o diálogo e para a troca constante entre educador e criança.

A criança entende, mas sua compreensão muitas vezes se dá por vias diferentes das adultas, como brincar, pelo desenho, pelo corpo, pela música e pelo gesto. Essas linguagens devem ser reconhecidas e valorizadas como formas legítimas de expressão e elaboração de sentido. Brincando, a criança experimenta diferentes situações e constrói significados a partir de suas interações, utilizando esses modos de expressão para interpretar e representar o mundo que a cerca.

Quando o adulto se dispõe a escutar essas linguagens, percebe que a criança compreende muito mais do que parece. Malaguzzi (2016, p. 21) aponta que “a criança tem cem linguagens, com mãos, com pensamentos, com modos de pensar, de jogar e de falar.” Valorizar essas múltiplas formas de expressão é reconhecer a complexidade do pensamento infantil e a diversidade de caminhos pelos quais as crianças elaboram o conhecimento.

A criança não precisa compreender como um adulto para que sua forma de entendimento seja válida. O entendimento infantil é marcado pela sensibilidade e pela singularidade de sua experiência. Em vez de medir a compreensão da criança com régua adulta, é necessário observar atentamente o que ela expressa: perguntas, medos, desenhos, silêncios e sonhos.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Reconhecer esse modo particular de entender o mundo constitui o primeiro passo para uma educação que respeita e promove a subjetividade infantil. Alves (2004, p. 62) reforça:

“toda criança é um poeta, todo menino é um pensador. Eles fazem perguntas que os adultos não fazem mais. São perguntas que nos desinstalam. Por isso, os adultos preferem dizer: ‘Criança não entende...’ Porque não querem ser perturbados por suas perguntas simples e fundamentais.”

Negar a capacidade de entendimento das crianças é também negar-lhes o direito à participação plena na vida social. A escuta ativa das infâncias é um gesto político que reconhece as crianças como sujeitos de direitos e protagonistas de seus processos de aprendizagem.

Como prever o ECA, art. 16, “a criança tem direito à liberdade de expressão; à opinião; à participação na vida familiar e comunitária, sem discriminação.” De forma complementar, a BNCC (2018, p. 38) afirma que “as crianças têm direito de participar, expressando ideias, sentimentos, necessidades e desejos nas diversas linguagens da infância.” Quando educadores escutam e acolhem os saberes da infância, o caminho da aprendizagem se torna mais inclusivo, democrático e libertador, garantindo o protagonismo infantil e o respeito à singularidade de cada criança

Considerações Finais

Em virtude disso, é essencial desconstruir o mito de que “as crianças não entendem” e reconhecer que elas possuem múltiplas linguagens e modos próprios de compreender o mundo. A infância é atravessada por curiosidade e sensibilidade, elementos que, quando percebidos e valorizados, contribuem para uma educação mais significativa e enriquecedora. Compreender que a criança acessa e constrói conhecimento por meio de suas próprias experiências permite que o educador observe e interprete suas formas de expressão, seja no brincar, no desenho, na música, na fala ou em gestos. Esse olhar atento torna a prática educativa mais inclusiva, possibilitando que cada criança tenha espaço para se manifestar, explorar e experimentar.

Toda prática pedagógica, portanto, precisa assumir uma postura que reconheça a criança como protagonista de seu aprendizado. Ela deve ser tratada como sujeito histórico, social e cultural, capaz de participar ativamente da vida em comunidade e da construção de seu próprio conhecimento. Isso significa criar ambientes de aprendizagem que respeitem seus saberes, experiências e modos de compreender o mundo, oferecendo desafios, estímulos e



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colégio de Pedagogia
Vitória da Conquista

possibilidades.

Reconhecer a infância como um período de criatividade e potência transformadora implica valorizar suas ideias, perguntas, sonhos e propostas, mesmo que não se encaixam em padrões adultos de compreensão. O papel da escola e do educador é acompanhar, acolher e potencializar essas manifestações, entendendo que o aprendizado se dá de maneira diversa e plural. Espaços educativos que promovem autonomia, diálogo e expressão criativa fortalecem a autoestima, o senso de pertencimento e a capacidade crítica das crianças, permitindo que elas experimentem e aprendam de forma ativa e engajada.

Além disso, a escuta e o respeito às múltiplas formas de expressão da criança não apenas favorecem seu desenvolvimento cognitivo, mas também promovem sua formação ética, emocional e social. A criança que é ouvida e reconhecida em suas experiências aprende a se posicionar, a cooperar, a negociar e a compreender a importância da convivência e do respeito ao outro. Ao criar condições para que ela participe efetivamente de sua aprendizagem, a escola contribui para a construção de cidadãos conscientes, criativos e capazes de interagir de forma crítica e empática com o mundo.

Portanto, desconstruir o mito de que a criança “não entende” é mais do que uma mudança de concepção pedagógica, é um compromisso com a valorização da infância e com a garantia de que todos os direitos da criança sejam respeitados. A educação que reconhece a criança como protagonista promove não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também a construção de indivíduos plenos, conscientes de seu papel na sociedade e capazes de transformar o mundo ao seu redor.

Referências

ALVES, Rubem. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. 7.ed. Campinas: Editora Papirus, 2004.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MALAGUZZI, Loris. **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio**



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Penso, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

KRAMER, **Sonia. Criança, escola e sociedade:** concepções sobre o desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 2003.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.